

MINAS GERAIS

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:
MASP 1354475-4, KLEITON PENHA FERREIRA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL - BELO HORIZONTE, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0020897/2022-92.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1372069-3, VINICIUS DE PAULA SOUZA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do COMPLEXO PENITENCIÁRIO PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0020898/2022-65.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1439868-9, AGLISON FRANCA RODRIGUES, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do PRESÍDIO DE VESPASIANO, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0020938/2022-52.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1439790-5, RENATO BROGNARA ALVES, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL- BELO HORIZONTE, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0020930/2022-74.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1375330-6, RONNIEL FELIX DE OLIVEIRA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do PRESÍDIO DE TEOFILO OTONI, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0020912/2022-75.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1378024-2, LUIZ FELIPE ALVES ELYSEU, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0020923/2022-69.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1, da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1379870-7, WILLIAM CAMELO DA SILVA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do PRESÍDIO DE BURITIS, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0020927/2022-58.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1376606-8, WELLINGTON LUIS PAIVA PEREIRA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do PRESÍDIO DE LAGOA SANTA, para o COMANDO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0020919/2022-80.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1592511 - 1

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1118704-4, GIOVANI RODRIGUES SANTIAGO BELLONI, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, da UNIDADE GESTORA DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, para a DIRETORIA DE SEGURANÇA EXTERNA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0164623/2021-75.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, aservidora:

MASP 1223505-7, ROBERTA FERNANDES SANTOS, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DE MINAS GERAIS, para a SUPERINTENDÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E PLANEJAMENTO OPERACIONAL, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0167870/2021-94.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso 1 da Resolução SEJUSP Nº 73, de 14 de novembro de 2019, o servidor:

MASP 1128305-8, PAULO ROBERTO VENTURA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, da DIRETORIA REGIONAL DA 10ª RISP, para a PENITENCIARIA DEPUTADO EXPEDITO DE FARIA TAVARES, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0003528/2022-60.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública
REMOVE “POR PERMUTA”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, inciso I, alínea b, da Resolução SEJUSP Nº 73 de 14 de novembro de 2019, os servidores:

MASP 1436415-2, GUSTAVO RODRIGO SANTOS VILACA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do PRESÍDIO DE BOM DESPACHO, para o PRESÍDIO DE LAGOA DA PRATA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0206920/2021-37.

MASP 1380538-7, FELIPE LEANDRO COSTA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, do PRESÍDIO DE LAGOA DA PRATA, para o PRESÍDIO DE BOM DESPACHO conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI n.º 1450.01.0206920/2021-37.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1591839 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/ CSet-SEJUSP/PAD Nº 300/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de agosto de 2021, bem como no Parecer 372/ CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2021, aplica a penalidade de REPREENSÃO ao servidor WAGNER BARBOSA COSTA - MASP 1.379.182-7, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio Inspetor José Martinho Drumond, à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V, VI e IX, c/c art. 245, caput, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/ CSet-SEJUSP/PAD Nº 032/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 15 de fevereiro de 2020, bem como no Parecer 24/ CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias aos servidores: JULIANO DA SILVA GOMES – MASP 1.436.184-4, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; e PAULO EDSON RODRIGUES DUARTE – MASP 1.435.512-7, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotados no Presídio de Curvelo à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952, ainda, ABSOLVE os servidores: ELIONARDO COUTINHO DE FREITAS – MASP 1.378.483-0, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; e JÂNIO GOMES DE OLIVEIRA - MASP 1.291.844-7, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; também lotados no Presídio Curvelo à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos servidores acima qualificados, do advogado Caio Athus Souza Boretos OAB/MG – 48.323 e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/ CSet-SEJUSP/PDS Nº 105/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 5 de setembro de 2020, bem como no Parecer 33/ CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias ao processado FABIO DO ROSARIO LIMA – MASP 1.479.501-7, Agente de Segurança Penitenciário contratado, admissão 1, lotado no Presídio de Guaranésia/Guaxupé à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso VI, c/c artigo 246, inciso I, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e da advogada Sabrina Rodrigues dos Santos Paiva - OAB/MG 100.299. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/ CSet-SEJUSP/PAD Nº 139/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de maio de 2021, bem como no Parecer 17/ CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias ao servidor OSEAS DOS REIS PEREIRA - MASP 1.435.992-1, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotados no Presídio de Extrema à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e da advogada Francynce de Almeida Silva - OAB/MG 192.816. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019 e c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/ CSet-SEJUSP/PAD Nº 001/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 8 de fevereiro de 2020, bem como no Parecer 71/ CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2021, aplica a penalidade de DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao ex servidor MARCELO STELLA APARICIO - MASP 1.378.556-3, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado na Penitenciária José Maria Alkimiin à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservar os deveres previstos no artigos 216, incisos V e VI, c/c artigo 245 parágrafo único, artigo 246, inciso I, e artigo 250, inciso I, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e de defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/ CSet-SEJUSP/PAD Nº 351/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 29 de agosto de 2020, bem como no Parecer 351/ CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2021, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 5 (cinco) dias ao processado GIL PALOMINO DOS SANTOS – MASP 1.172.660-1, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado na Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso VI, c/c art. 245, parágrafo único, art. 246, inciso I, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art., § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e do advogado Tancredro V. da Cunha – MASP 123.598. Conforme art. 55, da 272 Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 9 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1592022 - 1

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 90/2022 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:

MASP 12406476, FABRICIO VIEIRA PAULINO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 08/02/2022.
MASP 12419396, GILSON LOPES DIAS, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 07/02/2022.
MASP 1439624-6, BRÚNO LUIZ DE OLIVEIRA, AGSE - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 01/02/2022.
MASP 12498440, PEDRO RUANO LEOCADIO DIAS, AGSE - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível II, Grau E, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-12, a partir de 09/02/2022.

MASP 1105108-3, PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA DA SILVA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-3, a partir de 02/02/2022.

MASP 11620150, ROMULO FRANCISCO DE SOUZA ASSIS, AGSE - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível II, Grau E, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 24/01/2022.

MASP 12467015, TIAGO RODRIGUES DA SILVA, AGSE - AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, Nível II, Grau E, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 04/02/2022.

AnaLouise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1592119 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 59, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022.

Designa os representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), para comporem a Comissão Estadual para Permissão Temporária de Uso de Moradias Funcionais do Programa Habitacional Lares Geraes – Segurança Pública. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, §1º, do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, o art. 39 da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e o Decreto Estadual nº 47.795, de 19 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto Estadual nº 47.065, de 20 de outubro de 2016, bem como Decreto Estadual nº 46.109, de 14 de dezembro de 2012, RESOLVE:

Art. 1º-Designar, nos termos do parágrafo único, do art. 3º do Decreto Estadual nº 46.109/2012, os membros para comporem a Comissão Estadual para Permissão Temporária de Uso de Moradias Funcionais do Programa Habitacional Lares Geraes – Segurança Pública:

I – Representando a Sejusp:

a) Ricardo Dolabella Marques, MASP 1490583-0, Presidente da Comissão;

b) Lilian Márcia da Silva, MASP 943383-0, Membro Titular; e
c) Victor Adriano Gonçalves Ferreira, MASP 1213920-0, Membro Suplente.

II – Representando a PMMG:

a) Ten Cel PMPaulo Antônio de Moraes Paula, MASP113555-7, Membro Titular; e

b) 1º Tenente PM Altvio Francisco da Costa Júnior, MASP 113249-7, Membro Suplente.

III – Representando a PCMG:

a) Kelly Regina de Souza Garcia, MASP 546592-7, Membro Titular; e

b) Sônia Maria Gualberto, MASP 341993-4, Membro Suplente.

IV – Representando o CBMMG:

a) Ten Cel BM Christian André Ferreira, MASP 124199-1, Membro Titular; e

b) Capitão BM Rafael Neres dos Santos, MASP 133443-2, Membro Suplente.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Fica revogada a RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 113, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Belo Horizonte, 02de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretáriode Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1592501 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº58, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado; a Lei Estadual 23.304, de 30 de maio de 2019, e Decreto Estadual nº 47.795, 19 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004 e no art. 26, da Resolução SEPLAG nº 73, de 03 de outubro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º- Para fins de apuração de frequência junto ao sistema Ponto Digital, as unidades discriminadas no DECRETO 47.795/19serão organizadas em unidades informais, de acordo com a Resolução SEJUSP nº 34/2020 e o Anexo desta resolução.

Art. 2º- Fica delegados aos servidores indicados como gestores informais a competência de apuração de frequência, deexecução das demais funções previstas no art. 4º da Resolução SEPLAG nº 10, de 01 de março de 2004, e as autorizações para publicações dos atos tramitados no Ponto Digitalrelativos aos servidores e estagiários vinculados à unidade por eles gerida.

Parágrafo único – Não se aplicará à folha de ponto dos gestores informais delegados pelocaputo modelo “jornada de diretor”, disposto no art. 9º, da Resolução SEPLAG nº 73, de 03 de outubro de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução altera a vinculação do Núcleo de Ensino a Distância do anexo RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 34, 18 DE FEVEREIRO DE 2020, em que o mesmo era vinculado a Diretoria Operacional e através desta passa a ser subordinado a Superintendência Educacional de Segurança Pública.

Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1592368 - 1

ATO 0092/2022 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº5203490-17.2021.8.13.0024, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, à servidora relacionada:

MASP: 1.440.704-3 GISELE APARECIDA VIEIRA FERREIRA DOS SANTOS, a partir da data da publicação;

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1591758 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO – PDS 088/2021

A Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 088/2021, Juliana Gonçalves Cherin, conforme PORTARIA/NUCAD/ CSet - SEJUSP/PDS Nº 088/2021, publicada na Minas Gerais de 19 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor RONAM MALDONADO LIMA, Masp: 1.352.076-2, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na rua A, nº 55, praça Governador Magalhães Pinto, bairro Fabricio, na cidade de Uberaba MG, CEP: 38065-470, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, endereço eletrônico: corregedoria.regional5risp@gmail.com, no prazo de 10 dias úteis, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar,

SEXTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2022 – 11

acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, junt